

Revista de Processo

COORDENAÇÃO

Teresa Arruda Alvim

Pré-textuais

Créditos

Expediente

In Memoriam

Linha Editorial

Apresentação

Teoria Geral do Processo

[A ampliação dos limites objetivos da coisa julgada e sua relação com a posição do réu no processo civil brasileiro](#) Bruna Bessa de Medeiros

[Elementos para uma Teoria do Processo Estrutural aplicada ao Processo Civil brasileiro](#) Fredie Didier Jr., Hermes Zaneti Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira

[Prescrição e decadência: conteúdo decisório de oportunidade recursal](#) José Henrique Mouta Araújo

Contraditório e dever de fundamentação no CPC/15: avanços, retrocessos e novos filtros interpretativos. A dicotomia entre “fundamento legal” e “fundamento jurídico” na visão do STJ Marcelo Mazzola

Processo de Conhecimento (fase cognitiva)

Efeitos lícitos da prova ilícita em processo – Parte III Paula Costa e Silva e Nuno Trigo dos Reis

Tutela Executiva

Fraude à execução e a imprecisão normativa do Código de Processo Civil Gustavo de Melo Vicelli e Henderson Fürst

Tutela Provisória

Requisitos para a estabilização da tutela antecipada Thereza Alvim e Vinícius Bellato Ribeiro de Carvalho

Meios de Impugnação das Decisões Judiciais – Processo nos Tribunais

Notas sobre a divergência: premissas teóricas e inferências empíricas acerca da ampliação da colegialidade na apelação Fernanda Medina Pantoja

Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva

Medidas processuais viáveis à contestação de Medida provisória inconstitucional e pressupostos de legitimidade ativa especial de associação para provocar, no STF, a fiscalização abstrata de constitucionalidade de normas Edvaldo Nilo de Almeida

Tutela Diferenciada

Admissibilidade da “prova ilícita” em demandas envolvendo interesses de crianças Arlete Inês Aurelli e Rita de Cássia Curvo Leite

“Pacote Anticrime” (Lei n. 13964/2019) e acordo de não persecução cível na fase pré-processual: entre o dogmatismo e o pragmatismo Christiano Jorge Santos e Silvio Antonio Marques

Juízo universal da falência e principal estabelecimento: fixação e limites da competência para homologação do plano de recuperação extrajudicial, deferimento da recuperação judicial e decretação da falência Renata Giovanoni Di Mauro e Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Direito Jurisprudencial – Precedentes Vinculantes, Jurisprudência Dominante, Súmulas e temas afins

O sistema de precedentes no Código de Processo Civil de 2015: a superação do positivismo jurídico para a garantia de estabilidade e isonomia nas decisões judiciais Cesar Zucatti Pritsch, Fernanda Antunes Marques Junqueira e Ney Maranhão

A efetiva aplicação do distinguishing na fundamentação das decisões pautadas em precedentes judiciais como garantia da prestação jurisdicional específica e individualizada Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão e Francisco Luciano Lima Rodrigues

Direito Estrangeiro e Comparado – Generalidades

Musterfeststellungsverfahren (§§ 606 a 614 da ZPO): novo instituto de reparação civil coletiva na Alemanha Gisele Mazzoni Welsch

Em busca de subsídios para a compreensão do direito fundamental ao devido processo legal na realidade brasileira: considerações sobre o direito ao due process of law na tradição inglesa entre os séculos XII e XVIII Luis Alberto Reichelt

Tendências Contemporâneas

Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC – Iniciando a discussão Dierle Nunes e Tatiane Costa de Andrade

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos – ADR

Produção antecipada de prova e arbitragem: uma análise sobre competência Carolina Costa Meireles

Passado e futuro da mediação: perspectiva histórica e comparada Flávia Pereira Hill

Desafios do artigo 334 do CPC/2015 Valeria Ferioli Lagrasta

Jurisprudência Anotada

Supremo Tribunal Federal

Reconhecimento da constitucionalidade da Medida Provisória que amplia para 30 dias o prazo para interpor embargos à execução

Superior Tribunal de Justiça

Honorários advocatícios de sucumbência que devem ser arbitrados por apreciação equitativa, quando não se pode estimar o proveito econômico obtido com a emissão da certidão da regularidade fiscal, devendo ser majorados, pois a quantia fixada revela a não observância dos critérios previstos na legislação vigente

PENHORA – Imóvel gerador dos débitos condominiais no bojo de ação de cobrança na qual a proprietária do bem não figurou como parte – Admissibilidade – Prevalência do interesse da coletividade dos condôminos permitindo que o condomínio receba as despesas indispensáveis e inadiáveis à manutenção da coisa comum

Definição se há ou não a aplicabilidade do reexame necessário nas ações de improbidade administrativa cuja pretensão é julgada improcedente em primeiro grau, que é objeto de tese de recurso especial representativo de controvérsia

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita